ASSOCIAÇÃO

“A TERRA DOS HOMENS”

ESTATUTOS

Capítulo I

Da denominação, sede e âmbito de ação e fins

Artigo 1º

A Associação TERRA DOS HOMENS, constituída por escritura pública de 28/3/92, é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de Associação sem fins lucrativos, com sede na Rua de Entremuros, 137, União de freguesias de Amarante (S. Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, 4600 – 077 Amarante, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes Estatutos. _____

Artigo 2º

A Associação TERRA DOS HOMENS, adiante designada abreviadamente por Associação, é uma associação de solidariedade social e tem por objetivo, o apoio às crianças em risco (Emergência Infantil), organização e enquadramento técnico do voluntariado social, assim como fomentar o mecenato social e viabilizar outras formas de responder à criança em situação de risco e o seu âmbito de ação é a nível Nacional. _

Artigo 3º

A Associação tem como objetivos: _____

- a) Criar e manter internato de crianças em risco (crianças abandonadas e maltratadas) com idades compreendidas entre os zero e os doze anos; _____

- b) Aproveitar e criar mecanismos de articulação de resposta à criança em situação de risco; _____
- c) Organizar e enquadrar tecnicamente os recursos humanos voluntários; _____
- d) Incentivar a criação e desenvolvimento do Mecenato Social e outras formas mais adequadas, rápidas e eficazes; _____
- e) Estimular o estudo e a investigação nos domínios da sua atuação; _____
- f) Favorecer a colaboração com as diferentes autoridades ou entidades que trabalhem no domínio da sua atuação; _____
- g) Colaborar com as outras Associações ou Organismos, de carácter público ou privado, nacionais ou internacionais, que interessem ou operem no domínio da infância; _____

- h) Organizar ou participar em ações de divulgação, reflexão e de Formação Profissional dos agentes que operem nas áreas referidas nas alíneas anteriores e cuja a única atividade é o apoio à criança em risco.

Artigo 4º

A organização e funcionamento dos diversos sectores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direção. _____

Artigo 5º

1 – Os serviços prestados pela instituição serão gratuitos ou remunerados em regime porcionista, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurados em inquérito a que se deverá sempre proceder. _____

2 – As tabelas de participação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes. _____

CAPÍTULO II Dos Associados

Artigo 6º

Podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e as pessoas coletivas.

Artigo 7º

Haverá duas categorias de associados: _____

1 – Honorários – As pessoas que, através de serviços ou donativos, deem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Instituição, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral. _____

2 – Efetivos – As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação obrigando-se ao pagamento quota mensal nos montantes fixados pela Assembleia Geral. _____

Artigo 8º

A qualidade de associado prova-se pela inscrição no livro respetivo que a Associação obrigatoriamente possuirá. _____

Artigo 9º

São direitos dos associados: _____

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral; _____
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais; _____
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária nos termos do n.º3 do artigo 29º; _____
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 8 dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo. _____

Artigo 10º

São deveres dos associados: _____

- a) Pagar, pontualmente, as suas quotas tratando-se de associados efetivos; _____
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral; _____
- c) Observar as disposições e regulamentos e as deliberações dos órgãos sociais; _____
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos. _____

Artigo 11º

1- Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo 10º ficam sujeitos às seguintes sanções: _____

- a) Repreensão; _____

b) Suspensão de direitos até 30 dias; _____

c) Demissão; _____

2- São demitidos os sócios que, por atos dolosos, tenham prejudicado moral ou materialmente a Associação. _____

3- As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da Direção.

4- A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção. _____

5- A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 só se efetivarão mediante audiência obrigatória do associado. _____

6- A suspensão de direitos não desobriga ao pagamento da quota. _____

Artigo 12º

1- Os associados efetivos só podem exercer os direitos referidos no artigo 9º, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas. _____

2- Os associados efetivos que tenham sido admitidos há menos de 1 ano não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo 9º, podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral mas sem direito a voto. _____

3- Não são elegíveis para os órgãos sociais os associados que tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do sector público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais ou qualquer outra forma de crime de abuso de confiança. _____

Artigo 13º

A qualidade de associado não é transmissível, quer por ato *inter vivos*, quer por sucessão. _____

Artigo 14º

Perdem a qualidade de associado: _____

1 – a) Os que pedirem a sua exoneração; _____

b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 2 anos; _____

c) Os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 11º. _____

2 – No caso previsto na alínea b) do número anterior, considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela Direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de 60 dias. _____

Artigo 15º

O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação. _____

CAPÍTULO III Dos Órgãos Sociais

Secção I Disposições Gerais

Artigo 16º

São órgãos da Associação, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal. _____

Artigo 17º

1 - O exercício de qualquer cargo nos órgãos sociais é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas

dele derivadas. _____

2 – Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exija a presença prolongada de um ou mais titulares da direção, podem estes ser remunerados de acordo com os condicionamentos estabelecidos na lei. _____

Artigo 18º

1 – A duração do mandato dos órgãos sociais é de quatro anos devendo proceder-se à sua eleição no mês de dezembro do último ano de cada quadriênio. _____

2 – Os titulares dos Órgãos Sociais mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares. _____

3 – O exercício do mandato dos titulares dos órgãos sociais só pode ter início após a respetiva tomada de posse, sem prejuízo do disposto no nº 5. _____

4 – A posse é dada pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral, e deve ter lugar até ao 30º dia posterior ao da eleição. _____

5 – Caso o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral não confira a posse até ao 30º dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação da eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar. _____

6 – O Presidente da Associação ou cargo equiparado, só pode ser eleito para três mandatos consecutivos. _____

Artigo 19º

1 – Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição. _____

2 – O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos. _____

Artigo 20º

1 – Os membros dos órgãos só podem ser eleitos, consecutivamente, para três mandatos para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer, expressamente, que é impossível ou inconveniente, proceder à sua substituição, sem prejuízo do nº 6 do artigo 18º. _____

2 – Não é permitido aos membros dos órgãos sociais o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação. _____

3 – O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal. _____

Artigo 21º

1 – Os órgãos sociais são convocados pelos respetivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares. _____

2 – As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate. _____

3 – As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão obrigatoriamente por escrutínio secreto.

Artigo 22º

1 – As responsabilidades dos titulares dos órgãos sociais são as definidas nos artigos nos artigos 164º e 165º do Código civil. _____

2 – Os membros dos órgãos sociais são responsáveis civil e criminalmente pelos atos cometidos no exercício das funções. _____

3 – Além dos motivos previstos na lei, os membros dos órgãos sociais ficam exonerados de responsabilidade se: _____

a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata de sessão imediata em que se encontrem presentes; _____

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva. _____

Artigo 23º

1 – É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito ou no qual seja interessado, bem como o respetivo cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes bem como qualquer parente ou afim, em linha reta ou no 2º grau da linha colateral. _____

2 – Os membros dos órgãos sociais não podem contratar direta ou indiretamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação. _____

3 – Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar de atas das reuniões do respetivo corpo gerente. _____

4 – Os titulares dos órgãos sociais não podem exercer atividade conflituante com a atividade da Associação, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da Associação, ou de participadas desta. _____

5 – Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante se: _____

a) Tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transação efetuada; _____

b) Obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

Artigo 24º

1 – Em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião da Assembleia Geral, podem os associados fazer-se representar por outros sócios mediante procuração, cuja assinatura deve ser reconhecida nos termos da lei, e mediante carta registada dirigida ao Presidente da Mesa. Cada sócio (além de si próprio) não poderá representar mais de um associado. _____

2 – É admitido o voto por correspondência, sob a condição de seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar reconhecida nos termos da lei. _____

Artigo 25º

Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem as reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa. _____

Secção II Da Assembleia Geral

Artigo 26º

1 – A Assembleia Geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos

2 – A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos 1 ano, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos. _____

3 – A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa que se compõe de um presidente, um 1º secretário e um 2º Secretário. _____

4 – Nenhum membro da Direção e/ou do Conselho Fiscal pode ser membro da Mesa da Assembleia Geral. _____

5 – Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral competira a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião. _____

Artigo 27º

Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e designadamente: _____

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais. _____
- b) Conferir posse aos membros dos órgãos sociais eleitos. _____

Artigo 28º

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e, necessariamente: _____

- a) Definir as linhas fundamentais de atuação da Associação; _____
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva Mesa e a totalidade dos membros dos órgãos executivos e de fiscalização; _____
- c) Apreciar e votar, anualmente, o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência; _____
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico; _____
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação; _____
- f) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens; _____
- g) Autorizar a Associação a demandar os membros dos órgãos sociais por atos praticados no exercício das suas funções; _____
- h) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações. _____

Artigo 29º

1 – A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinárias e extraordinárias. _____

2 – A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária: _____

- a) No final de cada mandato, durante o mês de dezembro, para a eleição dos órgãos sociais; _____
 - b) Até 31 de março de cada ano para discussão e votação do relatório e contas de gerência do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal; _____
 - c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação do orçamento e programa de ação para o ano seguinte e do parecer do Conselho Fiscal. _____
- 3 – A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
- a) Por iniciativa do Presidente. _____
 - b) A pedido da Direção ou do Conselho Fiscal; _____
 - c) A requerimento de, pelo menos, 10% dos associados no pleno gozo dos seus direitos. _____
 - d) A reunião deve realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção do pedido ou requerimento. _____

Artigo 30º

1 – A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, 15 dias de antecedência pelo Presidente da

Mesa, ou seu substituto, nos termos do artigo anterior. _____

2 – A convocatória é afixada na sede da Associação e remetida pessoalmente a cada associado através de correio eletrónico ou por meio de aviso postal. _____

3 – Independentemente da convocatória nos termos do número anterior, é ainda dada publicidade à realização das Assembleias Gerais nas edições da Associação, no sítio institucional da Associação e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da Associação, bem como através de anúncio publicado nos 2 jornais de maior circulação da área onde se situa a sede. _____

4 – Na convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião. _____

5 – Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da Associação, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal, para os associados. _____

Artigo 31º

1 – A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou 30 minutos depois com qualquer número de presentes. _____

2 – A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes. _____

Artigo 32º

1 – Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples dos votos, não contando as abstenções. _____

2 – As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f), g), h) do artigo 28º só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos, 2/3 dos votos expressos. _____

3 – No caso da alínea e) do artigo 28º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de associados igual ao dobro dos membros dos órgãos sociais se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra. _____

Artigo 33º

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos fixada na convocatória, salvo se estiverem presentes, ou devidamente representados, na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento. _____

2 – A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos órgãos sociais ou mandatários pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço relatório e contas do exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos. _____

Secção III Da Direção

Artigo 34º

1 – A Direção da Associação é constituída por cinco membros efetivos dos quais um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal. _____

2 – Haverá, simultaneamente, igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos. _____

3 – No caso de vacatura do cargo de Presidente, com carácter definitivo ou temporário, será o mesmo preenchido pelo Vice-presidente e este substituído por um suplente. _____

4 – Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direção mas sem direito a voto. _____

Artigo 35º

1 – Compete à Direção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente: _____

- a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários; _____
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte; _____
- c) Assegurar a organização e funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei; _____
- d) Organizar o quadro do pessoal e contactar e gerir o pessoal da Associação; _____
- e) Representar a Associação em juízo ou fora dele; _____
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos Estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação. _____

2 – A Associação poderá delegar os poderes de representação previstos na alínea e) do número anterior, bem como a prática de certos atos de administração previstos nas alíneas a) a d) do mesmo número a profissionais qualificados ao serviço da Associação ou a mandatários. _____

Artigo 36º

Compete ao Presidente da Direção: _____

- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços; _____
- b) Convocar e presidir às reuniões da direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Representar a Associação em juízo e fora dele; _____
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento do livro de atas da Direção. _____
- e) Assinar as autorizações de pagamentos conjuntamente com o Tesoureiro, ou no caso de impedimento deste, com dois membros da direção, indistintamente; _____
- f) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos, à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte. _____

Artigo 37º

Compete ao Vice-presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos. _____

Artigo 38º

Compete ao Secretário: _____

- a) Preparar a ordem de trabalhos para as reuniões da Direção, organizando os processos a serem tratados e observando as regras estabelecidas por lei para o aviso convocatório; _____
- b) Organizar os processos referentes aos assuntos a tratar de acordo com a ordem de trabalho. _____
- c) Lavrar as atas das reuniões da Direção, superintender nos serviços de expediente e zelar pelo respetivo livro; _____
- d) Superintender nos serviços de secretaria; _____

Artigo 39º

Compete ao Tesoureiro: _____

- a) Receber e guardar os valores da Associação; _____
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa; _____
- c) Promover e superintender os serviços de Contabilidade e Tesouraria; _____
- d) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas e despesas do mês anterior; _____
- e) Autorizar e delegar competências em matérias de pagamentos; _____
- f) Assinar as autorizações de pagamentos conjuntamente com o Presidente, ou no caso de impedimento deste com dois membros da direção, indistintamente; _____
- g) Apresentar mensalmente à Direção o balancete discriminado das receitas e despesas do mês anterior. _____

Artigo 40º

Compete ao Vogal coadjuvar os restantes membros da Direção nas respetivas atribuições e exercer as funções que a Direção lhe atribuir. _____

Artigo 41º

A Direção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do presidente e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês. _____

Artigo 42º

1 – Para obrigar a Associação são necessárias, e bastantes, as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direção, ou as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro. _____

2 – Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro. _____

3 – Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

Secção IV Do Conselho Fiscal

Artigo 43º

1 – O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes.

2 – O Conselho Fiscal tem um Presidente e dois vogais. _____

3 – Não podem exercer o cargo de Presidente trabalhadores da Associação. _____

3 – As vagas que ocorram no decurso do mandato serão preenchidas por cooptação pelos membros suplentes, pela mesma ordem que figurem na lista eleita. _____

4 – No caso de vacatura do cargo de Presidente, com carácter definitivo ou temporário, será o mesmo preenchido pelo primeiro Vogal que figure na lista eleita e este por um suplente. _____

5 - Em caso de vacatura da maioria dos lugares do órgão deverá proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas no prazo máximo de um mês. _____

Artigo 44º

1 - Compete ao Conselho Fiscal o controle e fiscalização da Associação podendo, neste âmbito, efetuar aos restantes órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e, designadamente: _____

- a) – Fiscalizar a Direção, podendo para o efeito consultar a documentação necessária; _____

- b) - Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte; _____
- c) – Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação; _____
- d) – Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos. _____

2 – Os membros do Conselho fiscal podem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo Presidente deste órgão. _____

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo 12º do Dc. Lei 36-A/2011 de 09 de março, alterado pela Lei nº 66-B/2012 de 31/12, e pelo Dec. Lei nº 64/2013 de 13 de maio e no artigo 2º do Dec. Lei 65/2013 de 13 de maio, o Conselho fiscal pode ser assessorado por um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da Associação o justifique. _____

Artigo 45º

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique. ____

Artigo 46º

1 - O Conselho Fiscal reunirá sempre que convocado por iniciativa própria do Presidente ou a pedido da maioria dos titulares do órgão, e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre. _____

2 – O Conselho fiscal só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade. _____

Secção V Disposições Diversas

Artigo 47º

São receitas da Associação: _____

- a) Os produtos das joias e quotas dos associados; _____
- b) As participações dos utentes; _____
- c) Os rendimentos de bens próprio; _____
- d) As doações, legados, heranças e respetivos rendimentos; _____
- e) Os subsídios de estado ou de organismos oficiais; _____
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições; _____
- g) Outras receitas. _____

Artigo 48º

1 – No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger a comissão liquidatária. _____

2 – Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes. _____

Artigo 49º

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor. _____